

Sociedade Anônima  
de Capital Fechado  
CNPJ nº 04.036.939/0001-67  
Belo Horizonte - MG

Usina Térmica  
Ipatinga S.A. | CEMIG



NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS  
EXERCÍCIOS FIMOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.
- Em relação ao *impairment* de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com clientes – em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários – CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

## 2.7. Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade com as normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

### a) Consumidor

As contas a receber de consumidor são registradas inicialmente pelo valor justo faturado e não faturado e subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

### b) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis compreendem os ativos referentes ao Direito de Uso de Usina, amortizados pelo período da concessão.

São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, quando existente.

### c) Imposto de Renda e Contribuição Social

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

### d) Redução ao valor recuperável

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Os ativos do imobilizado têm o seu valor recuperável testado, no mínimo anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

### e) Receita

As receitas de venda de energia são contabilizadas com base na disponibilidade da infraestrutura (energia assegurada) e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

### f) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias.

### g) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos conta movimento.....	(23)	(25)
Aplicações Financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários .....	257	257
Overnight.....	1.322	624
	<b>1.556</b>	<b>856</b>

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Os Certificados de Depósito Bancário – CDB pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação – CETIP (que variam entre 97,5% a 105,25%, conforme operação).

As operações de *overnight* consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada em, aproximadamente, 13,64%, e têm o objetivo de liquidar obrigações dos cotistas do Fundo ou serem utilizados na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

## 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	2016	2015
Certificados de depósitos bancários.....	117	679
Letras Financeiras Bancos .....	2.652	2.281
Letras Financeiras do Tesouro .....	690	447
Debêntures .....	375	766
Outros.....	–	1
	<b>3.834</b>	<b>4.174</b>

	2016	2015
Circulante .....	<b>3.669</b>	<b>4.093</b>
Não Circulante.....	<b>165</b>	<b>81</b>

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras.

Os Certificados de Depósitos Bancários – CDBs pré ou pós-fixados são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP), que variam entre 100,5% a 105,25%, conforme operação.

As Letras Financeiras – Bancos (LFs) são títulos de renda fixa, pós-fixados, emitidos pelos bancos e remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação (CETIP). As LFs que compõem a carteira da Companhia possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 112,7% do CDI. As Letras Financeiras do Tesouro (LFTs) são títulos pós-fixados, cuja rentabilidade segue a variação da taxa SELIC diária registrada entre a data da compra e a data de vencimento do título.

Debêntures são títulos de dívida, de médio e longo prazo, que conferem a seu detentor um direito de crédito contra a companhia emissora. As debêntures que compõem a carteira do Fundo de Investimento Exclusivo – FIC Pampulha possuem taxa de remuneração que variam entre 104,25% a 113% do CDI.

## 5. DEPÓSITO VINCULADO A LITÍGIO

	2016	2015
Obrigações Fiscais		
PIS/COFINS.....	878	878
	<b>878</b>	<b>878</b>

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se a contingências de obrigações fiscais - exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS e possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições.

## 6. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2016	2015
Circulante		
PASEP .....	–	–
COFINS .....	–	–
ICMS .....	–	–
Outros.....	–	1
Total Circulante.....	–	1

	2016	2015
Não Circulante		
PASEP/COFINS.....	878	878
Total Não Circulante.....	878	878
<b>Total.....</b>	<b>878</b>	<b>879</b>

## 7. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECOLHER

	2016	2015
Circulante		
Contribuição Social.....	170	–
Imposto de Renda.....	111	–
<b>Total Circulante.....</b>	<b>281</b>	<b>–</b>

	2016	2015
Não Circulante		
Obrigações Diferidas		
Contribuição Social.....	–	53
Imposto de Renda.....	–	146
<b>Total Não Circulante.....</b>	<b>–</b>	<b>199</b>
<b>Total.....</b>	<b>281</b>	<b>199</b>

## 8. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	2016	2015
Circulante		
FNDCT - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico .....	853	853
	<b>853</b>	<b>853</b>

## 9. PROVISÕES

Em 2016 existem processos que montam em R\$30 (R\$28 em 2015) para os quais os assessores jurídicos classificaram o prognóstico de perda como possível. Os citados processos são referentes a não Homologação da Compensação de Créditos Tributários. Nesta data não existiam causas para as quais a expectativa de perda foi considerada como provável.

A Administração acredita que eventuais desembolsos, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira da Companhia.

## 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Em 31 de dezembro 2016, o Capital Social integralizado é representado por 174.281 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal (174.281 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2015).

O controle acionário da Companhia não poderá ser transferido, cedido ou de qualquer forma, alienado, direta ou indiretamente, gratuita ou onerosamente, sem a prévia concordância da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

## a) Reservas de lucros

A composição da conta de Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2016	2015
Reservas de Lucros		
Reserva Legal.....	3.499	3.499
Dividendos Adicionais Propostos .....	336	225
	<b>3.835</b>	<b>3.724</b>

## 14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Companhia são como segue:

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Controlador CEMIG								
Circulante								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos...	–	–	112	–	–	–	–	–

## Aplicações em fundo de investimento FIC Pampulha

A UTE Ipatinga aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Companhia. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” no ativo circulante e não circulante, em 31 de dezembro de 2016.

Os recursos destinados ao fundo de investimento são alocados somente em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos apenas a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

A constituição da Reserva Legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do Capital Social, condicionada a sua utilização a compensação de prejuízos ou ao aumento do capital.

A Companhia deixou de constituir a Reserva Legal, pois o saldo dessa reserva encontra-se no limite de constituição permitido de 20% sobre o capital social.

## b) Dividendos

A Companhia registrou na Reserva de Lucros os dividendos propostos pela administração que excederam aos dividendos mínimos obrigatórios, previstos no Estatuto Social, no exercício de 2016, no valor de R\$336, que serão distribuídos quando da aprovação na Assembleia Geral Ordinária (AGO).

A Diretoria deliberou propor à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2017, ao resultado do exercício de R\$447, seja dada a seguinte destinação:

- RS111 referente a dividendos mínimos obrigatórios;
- RS336 para pagamento de dividendos adicionais.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2016	2015
<b>Dividendos Obrigatórios</b>		
Resultado do Exercício .....	447	618
Dividendos Obrigatórios – 25% do Resultado do Exercício Ajustado .....	111	155
<b>Dividendos Propostos</b>		
Dividendos intermediários .....	–	393
Dividendos Adicionais Propostos .....	336	225
<b>Total .....</b>	<b>447</b>	<b>618</b>

## 11. RECEITA

	2016	2015
Fornecimento Bruto de Energia (a).....	–	358
Deduções à Receita Operacional .....	–	(463)
<b>Receita Operacional Líquida .....</b>	<b>–</b>	<b>(105)</b>

## 12. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicação no Mercado Financeiro .....	741	1.215
Variações Monetárias .....	–	1
	<b>741</b>	<b>1.216</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Multas .....	–	(1)
Outras despesas financeiras .....	–	(9)
	<b>–</b>	<b>(10)</b>
<b>Resultado Financeiro .....</b>	<b>741</b>	<b>1.206</b>

## 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

	2016	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica.....	–	–
	8%	12%
	–	–
Receita Financeira sobre Aplicações Financeiras Resgatadas .....	741	741
Base de Cálculo.....	741	741
Alíquota.....	15%	9%
	<b>111</b>	<b>67</b>
Receita não sujeita ao adicional de 10%.....	23	–
Adicional (10% s/ valor superior à R\$60) .....	66	–
IR e CS lucro presumido.....	177	67
IR e CS Diferido sobre rendas de aplicação não resgatadas .....	–	–
<b>Resultado de IR e CS .....</b>	<b>177</b>	<b>67</b>
<b>Corrente .....</b>	<b>177</b>	<b>67</b>
<b>Diferido .....</b>	<b>–</b>	<b>–</b>

	2015	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica.....	358	358
	8%	12%
	<b>29</b>	<b>43</b>
Receita Financeira sobre Aplicações Financeiras Resgatadas .....	1.797	1.797
Base de Cálculo.....	1.826	1.840
Alíquota.....	15%	9%
	<b>274</b>	<b>166</b>
Adicional (10% s/ valor superior à R\$240) .....	166	–
IR e CS lucro presumido.....	440	166
IR e CS Diferido sobre rendas de aplicação não resgatadas .....	(582)	(582)
Alíquota.....	25%	9%
	<b>(146)</b>	<b>(52)</b>
<b>Resultado de IR e CS .....</b>	<b>294</b>	<b>119</b>
<b>Corrente .....</b>	<b>(440)</b>	<b>(171)</b>
<b>Diferido .....</b>	<b>146</b>	<b>52</b>